



h) atraso na desocupação do local de prestação do serviço e atividades, na execução de obra ou na entrega de instalações e equipamentos necessários à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nas hipóteses em que esse atraso represente a geração de custos adicionais à CONCESSIONÁRIA e desde que os atrasos não sejam imputáveis à CONCESSIONÁRIA;

i) alterações nas especificações dos projetos e estudos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, para atendimento aos interesses específicos do PODER CONCEDENTE;

j) ocorrência de rebeliões de sentenciados dentro de uma UNIDADE PENAL, que tenham repercussão direta nas despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que a atuação da CONCESSIONÁRIA, na execução do CONTRATO, em nada tenha contribuído ou possa ser a causa da rebelião;

l) variação dos custos operacionais ocasionados pela ocorrência dos seguintes fatores:

I - alterações nos preços públicos;

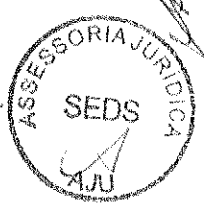
II - instituição de novos tributos;

III - alterações de alíquotas dos tributos já existentes, à exceção do imposto sobre a renda; e

IV - em outras hipóteses expressamente previstas neste CONTRATO.

25.5. Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para nenhuma das PARTES, nas seguintes hipóteses:

a) variações de custo para o adimplemento das obrigações contratuais assumidas pela CONCESSIONÁRIA, inclusive o valor e/ou volume físico dos





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

investimentos de sua responsabilidade, sendo a sua correta avaliação considerada risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA;

b) aumento do custo de empréstimos e financiamentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA para realização de investimentos ou custeio das obras, serviços e atividades objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, em relação ao previsto nas propostas;

c) prejuízos decorrentes do(a)(s):

I - negligência, inépcia ou omissão na exploração adequada da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

II - riscos normais à atividade empresarial;

III - gestão ineficiente dos seus negócios, inclusive aquela caracterizada pelo pagamento de custos operacionais e administrativos incompatíveis com os parâmetros verificados no mercado;

IV - apropriação de ganhos econômicos advindos diretamente da respectiva eficiência empresarial.

25.6. O disposto no item 25.5 não se aplicará nos casos em que o PODER CONCEDENTE tenha contribuído, ao menos culposamente, para as variações a maior dos custos em questão.

25.7. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada, de comum acordo entre as PARTES, mediante as seguintes modalidades:

a) prorrogação ou redução do prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

b) adequação dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO;





c) revisão do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA, para mais ou para menos;

d) combinação das modalidades anteriores.

25.8. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será, relativamente ao fato que lhe deu causa, única, completa e final, para todo o prazo do CONTRATO.

CLÁUSULA 26 – DO PROCEDIMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1. Verificada hipótese de direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, esta será implementada mediante acordo entre as PARTES, tomando-se como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, descritos em um relatório técnico ou laudo pericial que demonstre o impacto da ocorrência nas projeções do PLANO DE NEGÓCIOS apresentado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA ECONÔMICA.

26.2. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do PODER CONCEDENTE.

26.3. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela CONCESSIONÁRIA, observar-se-á o que se segue:

a) deverá ser acompanhado de relatório técnico ou laudo pericial que demonstre o impacto da ocorrência no PLANO DE NEGÓCIOS apresentado pela CONCESSIONÁRIA;

b) deverá ser acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo, ainda, o PODER CONCEDENTE solicitar laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

c) conforme o caso, deverá conter indicação da pretensão à revisão da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, informando os impactos e as eventuais alternativas de balanceamento das contraprestações.

26.3.1. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta das PARTES, em proporções iguais, caso se verifique a procedência do pleito ao final.

26.4. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de comunicação à CONCESSIONÁRIA, consignando prazo de 15 (quinze) dias para sua manifestação, acompanhada de cópia dos laudos e estudos realizados para caracterizar a situação que enseje a recomposição.

26.5. As PARTES poderão optar pela contratação de entidade especializada para a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e para sua mensuração, repartindo os custos de tal atividade.

26.6. Em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição ou quanto à sua extensão, as PARTES poderão recorrer ao procedimento de arbitragem, nos termos e conforme previsto no CAPÍTULO XIV – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

26.7. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser concluído em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, ressalvada a hipótese em que seja necessária a prorrogação, devidamente justificada, para complementação da instrução.

26.8. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será, relativamente ao evento que lhe deu causa e origem, única, completa e final, para todo o prazo do CONTRATO.

26.9. Sempre que vier a ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o PLANO DE NEGÓCIOS será ajustado para refletir a situação após essa recomposição.





26.9.1. A nova versão do PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA em um prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de surgimento da necessidade.

26.9.2. O PODER CONCEDENTE manifestar-se-á no sentido da aprovação ou não das alterações propostas pela CONCESSIONÁRIA, no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, caso necessário.

26.10. Os casos previstos na CLÁUSULA 23 – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR e na CLÁUSULA 24 – DO COMPARTILHAMENTO DOS GANHOS ECONÔMICOS ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE, obedecerão ao mesmo procedimento descrito nesta cláusula.

CAPÍTULO XI – DAS GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

27.1. Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA prestará e manterá GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.

27.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO servirá para cobrir o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE, face ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA, para levar a efeito obrigações e responsabilidades desta.

27.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO servirá inclusive para cobrir o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme previsto no CAPÍTULO XIII – DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

27.3.1. Se o valor das multas impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de cobrança.

27.3.2. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua utilização ou da respectiva notificação pelo PODER CONCEDENTE.

27.4. Nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida neste item poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

- a) caução em moeda corrente do país;
- b) caução em títulos da dívida pública, desde que não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, ou adquiridos compulsoriamente;
- c) seguro-garantia; ou,
- d) fiança bancária.

27.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua executibilidade.

27.6. As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO serão exclusivamente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

27.7. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de 01 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA, vinculada à reavaliação do risco.





27.7.1. A garantia por seguro deverá estar acompanhada de operação de resseguro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 126/2007.

27.7.2. A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

27.7.3. No caso da seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do PODER CONCEDENTE, antes do vencimento da apólice, independente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência da CONCESSIONÁRIA e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

27.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada periodicamente, na mesma data e pela mesma fórmula aplicável ao VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO.

27.8.1. Sempre que se verificar o reajuste da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementá-la, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da vigência do reajuste, de modo a manter inalterada a proporção fixada nesta cláusula.

27.9. A não prestação, no prazo fixado, da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, dará ao PODER CONCEDENTE o direito de aplicar multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, por dia de atraso.

27.10. A liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO especificada nesta cláusula ocorrerá como se segue:

- a) 10% (dez por cento) do respectivo valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, ao final do 2º (segundo) ano de vigência do CONTRATO;





b) 10% (dez por cento) do valor respectivo da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO a cada período correspondente a 05 (cinco) anos de vigência do CONTRATO, uma vez promovida a redução prevista no item anterior;

c) o saldo remanescente será liberado na data da emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO PENAL, atendidos todos os termos deste CONTRATO atinentes à GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, conforme o caso.

CLÁUSULA 28 – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE

28. Para garantia de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE constituirá penhor sobre bens de sua propriedade.

28.1. A garantia convencionada por meio desta cláusula cobrirá também os valores descritos na cláusula 33.22 deste CONTRATO.

28.2. O PODER CONCEDENTE assegurará, inicialmente, o penhor dos seguintes bens:

a) direitos creditórios oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF nº 138.218/07, firmado entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG), na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;

b) direitos creditórios oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 138.217/07, firmado entre o BDMG, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- c) direitos creditórios oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF N° 134.593/06, firmado entre o BDMG, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;
- d) 5.550 (cinco mil quinhentos e cinquenta) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da Telemig Celular S.A. (primeira emissão privada de debêntures), no valor de R\$ 55.500.000,00 (cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) na data da emissão;
- e) 4.718 (quatro mil setecentos e dezoito) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da BCP S.A. (segunda emissão privada de debêntures), no valor de R\$ 47.180.000,00 (quarenta e sete milhões cento e oitenta mil reais) na data da emissão;
- f) 3.074 (três mil e setenta e quatro) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$ 30.740.000,00 (trinta milhões setecentos e quarenta mil reais) na data da emissão;
- g) títulos da dívida pública federal no valor de R\$ 50.003.798,00 (cinquenta milhões e três mil e setecentos e noventa e oito reais), e
- h) direitos creditórios oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF N.º 68.482/97, firmado entre o BDMG, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e a FIAT Automóveis S.A., no âmbito do Fundo de Desenvolvimento das Indústrias Estratégicas-FUNDIEST, sucedido pelo Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pelo Lei 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

28.2.1. A CONCESSIONÁRIA declara que possui pleno conhecimento dos instrumentos de constituição dos direitos dados em garantia acima listados e devidamente descritos no CONTRATO DE PENHOR, anexo deste CONTRATO.

28.2.2. Poderão ainda ser objeto do penhor os seguintes bens:

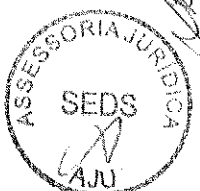
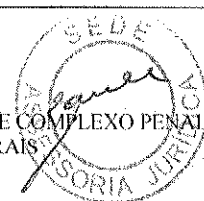
- a) outros direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais;
- b) outros bens graváveis com ônus real, desde que aceitos pela CONCESSIONÁRIA.

28.2.3. Fica facultado ao PODER CONCEDENTE, a qualquer momento, substituir as garantias referidas nesta cláusula, pelas seguintes alternativas:

- a) fiança bancária;
- b) carta de fiança, oferecida por organismo multilateral de crédito;
- c) outras formas de garantia pessoal ou real aceitas pela CONCESSIONÁRIA;
- d) gravames sobre outros direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais;

28.2.4. A constituição de penhor sobre direitos creditórios de fundos estaduais não abrangerá os recursos destinados ao BDMG a título remuneratório, na forma prevista na legislação dos fundos estaduais, notadamente no §1º do art. 8º da Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006.

28.2.5. Na hipótese de não subscrição das debêntures de que trata a alínea "f" do item 28.2., serão oferecidos bens em valor equivalente dentre os descritos no item 28.2.2.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

28.3. Em cada ano de vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o PODER CONCEDENTE assegurará o penhor de bens em valores equivalentes aos descritos na tabela seguinte:

Ano da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	Valor equivalente ao montante de bens gravados com penhor – em R\$ mil (Data base da PROPOSTA ECONÔMICA)
01	230.000
02	230.000
03	212.331
04	173.997
05	165.312
06	165.312
07	165.312
08	165.312
09	165.312
10	165.312
11	165.312
12	165.312
13	165.312
14	165.312
15	165.312
16	165.312
17	151.536
18	137.760
19	123.984
20	110.208
21	96.432
22	82.656
23	68.880
24	55.104
25	41.328
26	27.552
27	13.776

28.3.1. Os montantes descritos na tabela constante do item 28.3 serão reajustados a cada 12 (doze) meses a contar da data base da PROPOSTA ECONÔMICA, pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.

28.4. O penhor reger-se-á pelo disposto nos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, observado o disposto neste CONTRATO, e será constituído por meio de instrumento





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

específico, constante da MINUTA DO CONTRATO DE PENHOR, anexa deste CONTRATO, a ser celebrado na data de assinatura deste instrumento ou em prazo a ser acordado pelas PARTES.

28.4.1. As PARTES poderão acordar alterações no instrumento de penhor, desde que observadas as regras constantes deste CONTRATO.

28.4.2. Na constituição do penhor serão observadas as seguintes condições, conforme o bem gravado, além de outras consideradas usuais para essa espécie de garantia:

a) os títulos da dívida pública federal deverão ter a forma escritural, cotação considerada a classificação como título mantido até o vencimento e registro em sistema centralizado de liquidação e custódia, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) os rendimentos produzidos pelos títulos da dívida pública federal serão reaplicados pelo PODER CONCEDENTE em novos títulos da dívida pública federal, aos quais estender-se-á o penhor, observados os valores descritos na tabela de que trata o item 28.3.

28.4.3. Em até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO DE PENHOR, o PODER CONCEDENTE providenciará o seu registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

28.5. Fica o PODER CONCEDENTE obrigado a:

I - substituir ou complementar os bens gravados nas hipóteses descritas nos itens 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11. e 28.12.9 deste CONTRATO;

II - não alienar, ceder, transferir ou gravar com ônus de qualquer natureza os bens gravados com penhor até que possam ser liberados, na forma prevista neste CONTRATO;





III - praticar todos os atos necessários à manutenção dos bens gravados com penhor;

IV - comunicar os devedores dos direitos creditórios e os emissores das debêntures a respeito da garantia constituída e enviar cópia do comprovante de recebimento das referidas notificações à CONCESSIONÁRIA;

V - comunicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a higidez da garantia prestada.

28.6. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a contratar AGENTE GARANTIDOR que será encarregado da guarda, administração e liquidação dos bens gravados.

28.6.1. A contratação do AGENTE GARANTIDOR será responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA e ocorrerá obrigatoriamente segundo as regras previstas nesta cláusula e na MINUTA DE CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR, anexo deste CONTRATO.

28.6.2. As PARTES detalharão as atribuições do AGENTE GARANTIDOR, desde que observadas as cláusulas essenciais previstas nesta cláusula e na MINUTA DE CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR, anexo deste CONTRATO.

28.6.3. A contratação do AGENTE GARANTIDOR será realizada com a interveniência do PODER CONCEDENTE e do BDMG.

28.6.4. Para a seleção do AGENTE GARANTIDOR, a CONCESSIONÁRIA deverá se valer do rol de instituições financeiras credenciadas pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

28.6.5. O contrato entre a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE GARANTIDOR será submetido à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE e à ciência prévia do BDMG, que solicitarão as alterações que entenderem necessárias.

28.6.6. A contratação do AGENTE GARANTIDOR deverá ser finalizada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por decisão consensual das PARTES.

28.6.7. O AGENTE GARANTIDOR poderá ser substituído após decisão conjunta das PARTES, respeitadas as regras definidas neste CONTRATO.

28.6.8. O AGENTE GARANTIDOR deverá renunciar à sua função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que impeça o exercício de suas atribuições.

28.6.9. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso que impossibilite as atividades do AGENTE GARANTIDOR, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a contratação de novo AGENTE GARANTIDOR, respeitadas as regras definidas neste CONTRATO.

28.7. Competirá ao AGENTE GARANTIDOR:

- a) proteger os direitos e interesses das PARTES, aplicando, no exercício de suas funções, o cuidado que toda pessoa diligente e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) administrar os bens gravados, incluindo o recebimento dos valores decorrentes de sua quitação, rendimento ou resgate;
- c) comunicar as PARTES a respeito dos eventos relacionados à administração dos bens gravados e da movimentação dos recursos deles decorrentes;





- d) comunicar os eventuais agentes fiduciários ou custodiantes das debêntures e os encarregados do sistema centralizado de liquidação e custódia a respeito das determinações decorrentes deste CONTRATO;
- e) fiscalizar e controlar o valor global das garantias existentes, de modo a assegurar a observância dos compromissos assumidos no item 28.3;
- f) receber e transferir recursos ao PODER CONCEDENTE, quando verificada a hipótese descrita no item 28.8;
- g) transferir bens ou recursos à CONCESSIONÁRIA quando da ocorrência das hipóteses autorizadoras da execução da garantia;
- h) elaborar relatórios periódicos sobre a movimentação dos bens e recursos e prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- i) fornecer senha ao PODER CONCEDENTE, ao BDMG e à CONCESSIONÁRIA para permitir-lhes a consulta eletrônica diária da movimentação de recursos.
- l) comunicar ao BDMG o pagamento dos direitos creditórios pelos respectivos devedores no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis de sua ocorrência;
- m) repassar ao BDMG as parcelas de recursos que lhes são destinadas a título remuneratório, na forma prevista na legislação dos fundos estaduais.

28.7.1. A administração dos bens gravados pelo AGENTE GARANTIDOR não abrangerá a atividade de cobrança em decorrência do inadimplemento dos respectivos devedores.

28.7.2. Os procedimentos de recebimento de valores de que trata a alínea "b" do item 28.7 deverão ser descritos no CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR, anexo





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

deste CONTRATO, e observarão as técnicas mais atuais e eficientes para sua concretização.

28.7.3. O AGENTE GARANTIDOR, no exercício da atribuição de recebimento de valores decorrentes dos bens gravados, observará:

- a) as condições estabelecidas nos atos de constituição dos referidos bens;
- b) os parâmetros oferecidos pelas normas de criação e regulamentação dos fundos estaduais dos quais os créditos forem decorrentes.

28.7.4. Na hipótese de comprovada inadimplência dos devedores dos direitos creditórios gravados, assim qualificada segundo normas do BDMG, o PODER CONCEDENTE promoverá sua substituição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, por novos bens.

28.7.5. As receitas oriundas dos direitos creditórios gravados, bem como do resgate das debêntures e do resgate dos rendimentos dos títulos da dívida pública federal, serão depositadas em conta vinculada mantida no AGENTE GARANTIDOR e serão aplicadas em títulos da dívida pública federal, na forma definida pelo PODER CONCEDENTE, aos quais se estenderá o gravame de que trata esta cláusula, com vistas à manutenção dos montantes de garantia previstos no item 28.3.

28.7.6. O PODER CONCEDENTE nomeará o AGENTE GARANTIDOR como depositário da conta vinculada e dos ganhos e receitas financeiras dela decorrentes, autorizando-o, de forma irrevogável e irretratável, a movimentá-la nos estritos termos do presente CONTRATO e do CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR, anexo deste CONTRATO.

28.7.7. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA outorgarão ao AGENTE GARANTIDOR os poderes necessários ao exercício de suas atribuições.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

28.8. Desde que mantidos os montantes de garantia previstos no item 28.3, o AGENTE GARANTIDOR liberará em favor do PODER CONCEDENTE, mediante crédito na conta única do Tesouro do Estado de Minas Gerais, os pagamentos dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, os resgates das debêntures e os rendimentos e resgates dos títulos da dívida pública federal.

28.8.1. Se necessário à manutenção dos montantes de garantia de que trata o item 28.3, a liberação de que trata o item anterior será antecedida da apresentação de novos bens a serem submetidos a penhor, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados dos pagamentos dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, dos resgates das debêntures e dos rendimentos e resgates dos títulos da dívida pública federal.

28.8.2. A liberação de que trata o item 28.8 ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do cumprimento das obrigações previstas nos itens 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11 e 28.12.9 ou da constatação de que os recursos disponíveis na conta vinculada excederam os montantes de garantia descritos no item 28.3.

28.8.3. Ficará o AGENTE GARANTIDOR autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a reter, na conta vinculada, os valores decorrentes dos bens gravados, enquanto não apresentados os novos bens substitutivos ou se houver qualquer causa autorizadora da execução da garantia, observados os limites previstos no item 28.3.

28.9. Na hipótese de pagamento dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, o AGENTE GARANTIDOR assegurará, em qualquer circunstância, a transferência ao BDMG dos valores correspondentes à remuneração do Banco na qualidade de agente financeiro dos referidos fundos.

28.10. Sempre que o volume de garantia for inferior ao previsto para cada ano de vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, na forma descrita no item 28.3, o AGENTE GARANTIDOR comunicará o fato no prazo de 2 (dois) dias úteis ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA.





28.10.1. Mediante o recebimento da comunicação do AGENTE GARANTIDOR quanto à insuficiência de bens para o atendimento da condição estabelecida no item 28.3, o PODER CONCEDENTE efetuará, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a necessária complementação.

28.11. Se quaisquer dos bens dados em garantia forem objeto de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, ou ainda, se sofrerem depreciação, deterioração ou desvalorização, o PODER CONCEDENTE reforçará, substituirá, reporá ou complementarará a garantia de que trata esta cláusula, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da ciência do evento.

28.12. A CONCESSIONÁRIA comunicará ao AGENTE GARANTIDOR eventual inadimplência do PODER CONCEDENTE, como condição da execução da garantia.

28.12.1. A comunicação referida neste item será instruída com cópia dos documentos indicados nos itens 14.11. e 14.12. deste CONTRATO, notadamente:

- a) a fatura pela prestação dos serviços;
- b) os relatórios da auditoria realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- c) o comprovante de que realizou o protocolo dos documentos descritos nas alíneas anteriores perante o PODER CONCEDENTE.

28.12.2. Recebida a comunicação prevista no item 28.12, o AGENTE GARANTIDOR comunicará ao PODER CONCEDENTE o pleito da CONCESSIONÁRIA, facultando-lhe a purgação da mora no prazo máximo de 10 (dez) dias.

28.12.3. O PODER CONCEDENTE deverá comunicar ao AGENTE GARANTIDOR o pagamento eventualmente realizado nos termos do item antecedente.

28.12.4. Na hipótese de não pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL no prazo assinalado no item 28.12.2, o AGENTE GARANTIDOR deverá





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

liberar, em favor da CONCESSIONÁRIA, valor equivalente àquele devido pelo PODER CONCEDENTE, no período em referência, objetivando proporcionar a quitação da inadimplência, mediante:

- a) liquidação ou o resgate dos títulos da dívida pública federal e das debêntures dadas em garantia;
- b) repasse à CONCESSIONÁRIA dos recursos oriundos da quitação dos direitos creditórios referentes aos financiamentos concedidos por fundos estaduais.

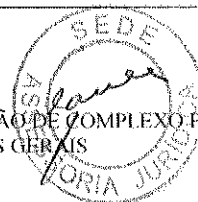
28.12.5. Fica vedada a alienação a terceiros dos direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais.

28.12.6. O PODER CONCEDENTE, caso discorde do pagamento realizado pelo AGENTE GARANTIDOR em favor da CONCESSIONÁRIA, submeterá a questão aos mecanismos de solução de conflitos de que trata o Capítulo XIV deste CONTRATO.

28.12.7. Na hipótese do item antecedente, havendo decisão favorável ao PODER CONCEDENTE, os valores pagos indevidamente à CONCESSIONÁRIA serão integralmente descontados nos montantes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL devida nos meses seguintes.

28.12.8. Os valores a serem descontados nos termos do item anterior serão atualizados pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a contar da data em que o pagamento indevido à CONCESSIONÁRIA foi realizado.

28.12.9. Na hipótese de execução da garantia o PODER CONCEDENTE, se necessário, procederá à sua reposição, até o limite dos montantes descritos no item 28.3.





28.13. A escolha de bens para reposição ou complementação de que tratam os itens 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11 e 28.12.9 poderá recair sobre novos direitos creditórios oriundos de financiamentos concedidos por fundos estaduais, decisão que será tomada segundo critério exclusivo do PODER CONCEDENTE, não existindo para a CONCESSIONÁRIA qualquer direito de opção na escolha de bens.

28.13.1. O PODER CONCEDENTE, no intuito de assegurar a qualidade e a liquidez dos bens destinados à reposição ou complementação de garantia, poderá contratar auditor independente que será encarregado de certificar que o processo de classificação de risco de crédito das operações dos fundos estaduais, adotado pelo BDMG, está em conformidade com os parâmetros da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil - BACEN.

28.13.2. O auditor independente será contratado pelo PODER CONCEDENTE dentre instituições amplamente reconhecidas no mercado.

28.13.3. Para reposição ou complementação da garantia, a CONCESSIONÁRIA admitirá novos direitos creditórios cujo nível de risco seja A ou B, nos termos do art. 1º da Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

28.13.4. Somente serão aceitos direitos creditórios de devedores que não estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção.

28.13.5. Os prazos de reposição de bens nas hipóteses descritas nesse item poderão ser prorrogados mediante acordo entre as PARTES.

28.14. O cumprimento da obrigação de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL pelo PODER CONCEDENTE e a redução gradual do montante garantidor deste pagamento, conforme previsto no item 28.3, acarretarão a desconstituição proporcional e automática dos gravames de que trata esta cláusula e a liberação dos respectivos bens ou recursos em favor do PODER CONCEDENTE.





28.15. A não constituição de garantia pelo PODER CONCEDENTE ou o desrespeito às normas estabelecidas nesta cláusula poderá ensejar o pedido de rescisão do contrato pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 29 – DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA

29.1. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA vir a celebrar contrato de financiamento com terceiro para a execução do objeto do CONTRATO, poderá oferecer-lhe em garantia, nos termos do artigo 28, da Lei Federal nº 8.987/95, os direitos emergentes da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, na forma deste CONTRATO.

29.1.1. O oferecimento em garantia, nos financiamentos vinculados ao escopo do CONTRATO, dos direitos emergentes da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, somente poderá ocorrer até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

29.2. As ações de emissão da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra-garantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, e sem necessidade de prévia autorização pelo PODER CONCEDENTE.

29.2.1. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA não poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra-garantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, sem prévia e expressa autorização pelo PODER CONCEDENTE.

29.3. Sem prejuízo da garantia estipulada neste item, é permitido o pagamento direto em nome do FINANCIADOR da CONCESSIONÁRIA, em relação às obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO.





29.4. Reconhece-se a legitimidade dos FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA para receber indenizações por extinção antecipada do CONTRATO.

CLÁUSULA 30 – DO PLANO DE SEGUROS

30.1. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as obras, serviços e atividades contempladas no presente CONTRATO, ademais dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

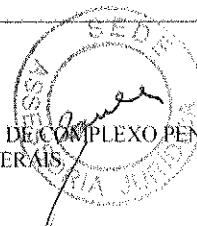
30.1.1. O PODER CONCEDENTE deverá ser indicado como co-segurado nas apólices de seguros, de acordo com as características e finalidade destes, bem como com a titularidade dos bens envolvidos.

30.1.2. Os FINANCIADORES poderão ser incluídos nas apólices de seguros, na condição de co-segurados.

30.1.2.1. As apólices deverão conter cláusula expressa de renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que a(s) seguradora(s) tenha(m) ou venha(m) a ter frente ao PODER CONCEDENTE.

30.2. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou com sua regulamentação e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da CONCESSIONÁRIA.

30.3. Mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, poderá a CONCESSIONÁRIA alterar as condições dos seguros contratados, desde que se preste para adequá-los ao escopo deste CONTRATO.





30.4. Nenhuma obra ou serviço e atividade poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste CONTRATO estão em vigor e consoante as condições determinadas.

30.5. A CONCESSIONÁRIA contratará e manterá em vigor os seguintes seguros:

- a) seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo a perda, destruição ou dano em todos ou em qualquer bem integrante da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, devendo tal seguro contemplar todas as coberturas compreendidas de acordo com os padrões internacionais;
- b) seguro de responsabilidade civil, que compreenda todos e quaisquer acidentes de prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros, cobrindo qualquer prejuízo que venha a ser causado ou esteja relacionado com a execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- c) conforme o caso, observado o disposto na CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA, seguro-garantia do cumprimento das obrigações relativas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

30.6. Face ao descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e/ou manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, poderá proceder à contratação e/ou ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA.

30.6.1. Verificada a hipótese do item acima, a CONCESSIONÁRIA deverá, em 05 (cinco) dias, reembolsar o PODER CONCEDENTE.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

30.6.2. Caso o reembolso não ocorra no prazo e condições assinalados, poderá o PODER CONCEDENTE descontar a quantia devida da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL e/ou da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

30.7. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da companhia seguradora informar, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, à própria CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento total ou parcial das apólices contratadas pela CONCESSIONÁRIA, redução de coberturas, aumento de franquias ou redução dos valores segurados.

30.8. Igualmente, competirá à companhia seguradora comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias, todo e qualquer evento de falta de pagamento de parcelas do prêmio de seguro contratado.

30.9. Deverá constar das apólices de seguro a obrigação da companhia seguradora em manter a cobertura pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do vencimento da parcela do prêmio devida e não paga pela CONCESSIONÁRIA, para efeito do disposto no item 30.6. acima.

30.10. Anualmente, até o final do mês de janeiro, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar certificado emitido pela(s) companhia(s) seguradora(s) confirmando que todos os prêmios vencidos no ano precedente encontram-se quitados e que as apólices contratadas pela CONCESSIONÁRIA estão em plena vigência ou foram renovadas, devendo neste caso ser encaminhados os termos das novas apólices.

30.11. Caso o seguro contratado vença no correr do ano, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ainda, com antecedência de 30 (trinta) dias da data do vencimento do seguro, certificado da companhia seguradora comprovando a renovação do seguro e os termos das novas apólices.

CAPÍTULO XII – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA





CLÁUSULA 31 – DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

31.1. Os bens imprescindíveis à execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA reverterão em favor do PODER CONCEDENTE após a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos estabelecidos neste CONTRATO, no CAPÍTULO XVI – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

31.1.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a entregar os bens reversíveis em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do desgaste normal resultante do seu uso.

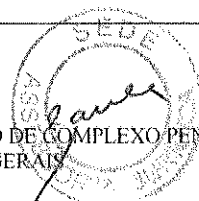
31.1.2. Os bens reversíveis serão transferidos ao PODER CONCEDENTE livres de quaisquer ônus ou encargos.

31.2. Integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA todos os bens adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que sejam utilizados para a exploração e operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

31.2.1. A utilização direta de equipamentos, infra-estrutura ou qualquer outro bem, que não sejam da propriedade da CONCESSIONÁRIA na execução das obras e prestação dos serviços e atividades objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, dependerá de anuência prévia, específica e expressa do PODER CONCEDENTE, que poderá dispensar tal exigência nos casos e hipóteses que entender pertinente.

31.2.2. O PODER CONCEDENTE negará autorização para a utilização de bens de terceiros em havendo risco à continuidade das obras, serviços e atividades, ou impedimento da reversão dos bens vinculados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

31.2.3. Alternativamente, poderá exigir que o respectivo contrato contenha disposição pela qual o proprietário se obriga, em caso de extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a mantê-lo e em sub-rogar o PODER CONCEDENTE nos direitos deste decorrentes.





31.3. Também integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA todos os terrenos, estruturas, construções, equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à execução das obras e prestação dos serviços e atividades referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, especialmente:

31.3.1. Todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à CONCESSIONÁRIA, conforme listagem constante do documento que entregar o sistema existente, responsabilizando-se a CONCESSIONÁRIA, a partir desse momento até a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, pela administração diligente de tais bens com vistas à execução das obras e prestação dos serviços e atividades concernentes ao escopo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

31.3.2. A transferência material dos bens e infra-estrutura referidos no item 31.3.1 acima acarretará, simultaneamente, a transferência de controle do sistema existente e a transferência da responsabilidade pela execução da obra e prestação dos serviços e atividades referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que passarão a ser de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

31.4 Todos os custos decorrentes da execução da obra e prestação de tais serviços e atividades constituirão ônus exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

31.5 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, durante a vigência do CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos previstos neste CONTRATO.

31.5.1. Poderá o PODER CONCEDENTE reter pagamentos à CONCESSIONÁRIA, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas quando da realização de vistoria dos bens reversíveis.





31.6. A CONCESSIONÁRIA somente poderá alienar os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA se proceder à sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos, constatadas pelo PODER CONCEDENTE.

31.7 Qualquer alienação ou aquisição de bens que a CONCESSIONÁRIA pretenda realizar, nos últimos 05 (cinco) anos do prazo final da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 32 – DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

32.1 Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao PODER CONCEDENTE os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por esta adquiridos ou implantados, no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

32.1.1 Ao final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o PODER CONCEDENTE procederá à avaliação dos bens reversíveis, podendo recusar a reversão de bens que considere prescindíveis ou inaproveitáveis, garantido o direito da CONCESSIONÁRIA ao contraditório, inclusive através da elaboração e apresentação, às suas expensas, de laudos ou estudos demonstradores da necessidade de reversão.

32.1.2. Os bens excluídos da reversão não serão computados para a amortização dos investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA, o que não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de os manter em perfeito funcionamento e bom estado de conservação.

32.1.3. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com a decisão do PODER CONCEDENTE quanto ao disposto no item 32.1.1 acima, admitir-se-á o recurso ao expediente de solução de conflitos estabelecido neste CONTRATO.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

32.2. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos, sem prejuízo do desgaste normal resultante de seu uso.

32.3. A CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado dos bens cuja aquisição, devidamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, tenha ocorrido nos últimos 05 (cinco) anos do prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade desta.

32.3.1 Alternativa ou supletivamente à indenização, o PODER CONCEDENTE poderá admitir a transferência de bens que tenham sido dados em garantia do seu próprio financiamento, subrogando-se na(s) parcela(s) financiada(s) vincenda(s).

32.4. 03 (três) anos antes da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, será formada uma COMISSÃO DE REVERSÃO composta pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, tendo por finalidade proceder à inspeção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

32.4.1. Será elaborado o Relatório de Vistoria e definido, com a aprovação das PARTES, os parâmetros que nortearão a devolução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

32.4.2. O Relatório de Vistoria retratará a situação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e poderá propor a sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE.

32.4.3. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pelo PODER CONCEDENTE e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.

32.5. Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o PODER CONCEDENTE procederá à vistoria dos bens a serem revertidos, da qual participará a CONCESSIONÁRIA, para verificar seu estado de conservação e manutenção, lavrando-se, no prazo de até 60 (sessenta) dias, o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO PENAL.





32.6. Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável, podendo o PODER CONCEDENTE executar a garantia de execução do CONTRATO específica a que se refere a cláusula 27 deste CONTRATO.

32.7. Após a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, não poderá ser feito qualquer pagamento aos acionistas e/ou FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA, a dissolução ou a partilha do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, antes que o PODER CONCEDENTE, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO PENAL, ateste que os bens revertidos estão em condições adequadas, ou sem que esteja cabalmente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CAPÍTULO XIII – DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES

CLÁUSULA 33 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

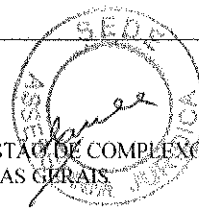
33.1. No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações deste CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, às seguintes penalidades aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO:

33.1.1. Advertência formal, a versar sobre o descumprimento das obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

33.1.2. Multa;

33.1.3. Caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

33.1.4. Suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo definido no art. 6.º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18.09.01, e no art. 24, do Decreto Estadual nº 44.431, de 29.12.06;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

33.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

33.1.5.1 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Defesa Social.

33.1.6 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

33.2. A aplicação das penalidades prevista neste CONTRATO e o seu cumprimento não prejudicam a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções contratuais previstas.

33.3. A aplicação das multas contratuais não se confunde com a metodologia de avaliação de desempenho da CONCESSIONÁRIA e a respectiva nota que lhe for atribuída em decorrência do disposto no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA e no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, anexos deste CONTRATO.

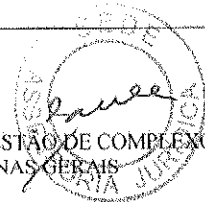
33.4. Na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará as seguintes circunstâncias, com vistas à sua proporcionalidade:

33.4.1. A natureza e a gravidade da infração.

33.4.2. Os danos resultantes aos serviços e atividades, à segurança pública, ao meio ambiente, aos agentes públicos e aos sentenciados.

33.4.3. A vantagem auferida pela CONCESSIONÁRIA em virtude da infração.

33.4.3.1. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE promover





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

a devolução, pela CONCESSIONÁRIA, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração.

33.4.4. As circunstâncias agravantes e atenuantes.

33.4.5. A situação econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio.

33.4.6. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.

33.5 A graduação das sanções observará as seguintes escalas:

33.5.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e da qual esta não se beneficie;

33.5.2. A infração será considerada de média gravidade quando decorrer de conduta inescusável, mas que não permita para a CONCESSIONÁRIA qualquer benefício ou proveito;

33.5.3. A infração será considerada grave, podendo ser aplicada a penalidade pelo máximo previsto, quando o PODER CONCEDENTE constatar presente 01 (um) dos seguintes fatores:

33.5.3.1. Ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;

33.5.3.2. Da infração decorrer benefício direto ou indireto para a CONCESSIONÁRIA;

33.5.3.3. A CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração;

33.5.4 A infração será considerada gravíssima, podendo ser aplicada a multa máxima prevista, quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das circunstâncias da





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA é do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que o comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, o meio-ambiente, a segurança pública, os direitos dos sentenciados e/ou prerrogativas dos agentes públicos, o erário público ou a continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

33.6. A critério do PODER CONCEDENTE, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, a penalidade a ser imposta à CONCESSIONÁRIA poderá se limitar à advertência.

33.7. Sem prejuízo das demais sanções, a CONCESSIONÁRIA se sujeitará às seguintes penalidades, observada a respectiva hipótese de incidência:

33.7.1 Multa de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no caso de recusa injustificável pela CONCESSIONÁRIA, após a assinatura do CONTRATO e dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, ao cumprimento do CONTRATO, sem prejuízo de demais penalidades deste CONTRATO.

33.7.2 Multa de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês completo, ou o valor da fração calculada *pro rata die*, no caso de atraso na conclusão de cada UNIDADE PENAL, nos termos estabelecidos no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, anexo deste CONTRATO.

33.7.3. Multa de até 30% (trinta por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos últimos 06 (seis) meses, na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista neste CONTRATO, segundo a gravidade da infração cometida, nos demais casos em que não houver cominação de multa específica.

33.7.4. Multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos últimos 06 (seis) meses, na hipótese de os Sub-Indicadores que compõem o Indicador





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

“Eventos Graves”, descrito no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, acumularem a soma de - 50 (cinquenta pontos negativos) em qualquer período de 12 (doze) meses.

33.7.5. Multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos últimos 06 (seis) meses, na hipótese de os Sub-Indicadores que compõem o Indicador “Não Comunicação de Eventos Graves”, descritos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, acumularem a soma de -50 (cinquenta pontos negativos) em qualquer período de 6 (seis) meses.

33.7.6 Multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos últimos 06 (seis) meses, na hipótese de os Sub-Indicadores que compõem o Indicador “Não Comunicação Tempestiva de Ocorrência de Fato Relevante”, descrito no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, a acumularem a soma de -75 (setenta e cinco pontos negativos) em qualquer período de 6 (seis) meses.

33.7.7 Multa equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos últimos 06 (seis) meses, na hipótese de qualquer um dos Indicadores individualmente considerados que compõem a nota de “Ressocialização e Serviços Assistenciais” descrita no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, com exceção do indicador de “Ocupação do Sentenciado”, permanecerem na faixa de 20% (vinte por cento) inferior de sua variação possível durante 03 (três) avaliações consecutivas.

33.7.9. Multas previstas no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO.

33.7.10. Multa rescisória de até 05% (cinco por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, calculado com base na média dos





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

últimos 06 (seis) meses, multiplicado pelo número de meses remanescentes à vigência do CONTRATO, na hipótese de ser decretada a caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem prejuízo da cumulação das outras multas anteriormente aplicadas.

33.7.11. Multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia de atraso na implementação de cada marco apresentado no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, anexo deste CONTRATO.

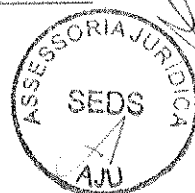
33.8. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do PODER CONCEDENTE.

33.9. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 01% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, ou mesmo a dedução do correspondente valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA, ou a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

33.9.1. As importâncias relativas às multas poderão ser descontadas do primeiro pagamento a que tiver direito a CONCESSIONÁRIA, respondendo igualmente, pelas mesmas, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

33.10. O valor das multas previstas neste CONTRATO será reajustado consoante os critérios de reajuste do VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO.

33.11. As multas previstas serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade, ambas previstas neste CONTRATO, ou, ainda, da aplicação de outras sanções previstas neste CONTRATO ou na legislação pertinente.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

33.13. Verificada a má-fé, os administradores e/ou controladores da CONCESSIONÁRIA serão igualmente punidos com a sanção de multa, observados os critérios estabelecidos no item 33.4 acima.

33.14. A caducidade importará na extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, conforme o disposto na lei e neste CONTRATO.

33.15. As penalidades de suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, bem como a declaração de inidoneidade, serão aplicadas à CONCESSIONÁRIA por descumprimento grave das obrigações constantes deste CONTRATO ou pela prática de atos ilícitos, na forma da lei, cabendo a decisão da penalidade mais adequada ao PODER CONCEDENTE.

33.16. A imposição da penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, nos termos do §2º do art. 20 do Decreto Estadual nº 44.431/2006.

33.17. A declaração de inidoneidade vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE, que ocorrerá sempre que a apenada ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

33.18. Toda acusação será circunstanciada, permanecendo em sigilo até a sua completa apuração.

33.19. Nenhuma sanção prevista no CONTRATO será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa da CONCESSIONÁRIA, assegurando-se:

33.19.1. O direito a expor suas razões quanto à pretensão do PODER CONCEDENTE de aplicar-lhe sanção.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

33.19.2 O direito de obter decisão motivada do PODER CONCEDENTE quanto às razões de manutenção ou reforma da pretensão do PODER CONCEDENTE de aplicar a sanção.

33.20. Independentemente dos direitos e princípios previstos no item 33.19 acima, poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, que não se confundem com o procedimento de intervenção, nas seguintes situações:

33.20.1. Risco de descontinuidade da prestação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

33.20.2 Dano grave aos direitos dos sentenciados, à segurança pública ou ao meio ambiente; e

33.20.3 Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

33.21 A garantia dos direitos e princípios previstos no item 33.19 acima não poderá comprometer a celeridade e eficiência do processo administrativo.

33.22. No caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias deste CONTRATO por parte do PODER CONCEDENTE, e não recebimento dos valores devidos ao CONCESSIONÁRIO, esse estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor do débito e juros, segundo a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

CLÁUSULA 34 – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

34.1 O processo de aplicação das penalidades de advertência e multa tem início com a lavratura do auto de infração pela fiscalização do PODER CONCEDENTE e respectiva notificação expressa à CONCESSIONÁRIA.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

34.2 Lavrado o auto, a CONCESSIONÁRIA será imediatamente intimada, concedendo-lhe um prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo que o prazo assinalado resulta em 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 87, §§ 2.º e 3.º, da Lei Federal nº 8.666/93.

34.2.1. A CONCESSIONÁRIA pode, nesta fase de instrução, requerer diligência e perícia, juntar documento e parecer e aduzir alegação referente à matéria objeto do processo.

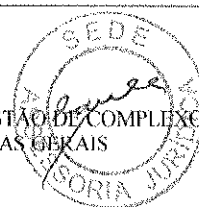
34.3. Os autos de defesa prévia serão encaminhados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, devidamente instruídos, para decisão.

34.4 Da decisão do PODER CONCEDENTE que aplicar penalidade caberá recurso voluntário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, independentemente de garantia de instância, consoante os termos do art. 109, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

34.4.1. Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao Secretário de Estado de Defesa Social, no prazo de 10 (dez) dias úteis, consoante o previsto no art. 109, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

34.4.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, ocasião em que será proferida a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, consoante o disposto no art. 109, § 4.º, da Lei Federal nº 8.666/93.

34.5. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de 02 (duas) ou mais infrações, pela CONCESSIONÁRIA, aplicam-se cumulativamente, as penas cominadas, se as infrações não forem idênticas.





34.6. Quando se tratar de infração continuada em relação a qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações serão estes reunidos em um só processo, para a imposição de pena.

34.6.1. Considerar-se-ão continuadas as infrações quando se tratar de repetição de falta ainda não apurada ou que seja objeto do processo de cuja instauração a CONCESSIONÁRIA tenha conhecimento, por meio de devida intimação.

34.7. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO, e o seu cumprimento, não prejudica, em caso algum, a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções contratuais.

CAPÍTULO XIV – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA 35 – DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS

35.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica, acerca da execução do CONTRATO, será constituída, nos 30 (trinta) dias seguintes à sua assinatura, por ato do PODER CONCEDENTE, uma COMISSÃO TÉCNICA, composta por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências ou impedimentos.

35.1.1. A COMISSÃO TÉCNICA será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativamente a divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

35.1.2. Os membros da COMISSÃO TÉCNICA serão designados da seguinte forma:

35.1.2.1. 01 (um) membro efetivo, e o respectivo suplente, pelo PODER CONCEDENTE, sendo este o Presidente da COMISSÃO TÉCNICA;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

35.1.2.2. 01 (um) membro efetivo, e o respectivo suplente, pela CONCESSIONÁRIA;

35.1.2.3. 01 (um) membro efetivo, e o respectivo suplente, que será escolhido de comum acordo entre as PARTES.

35.1.3. Os membros da COMISSÃO TÉCNICA terão mandato de 03 (três) anos, não prorrogáveis, sendo remunerados, por evento, consoante definição do PODER CONCEDENTE e rateado entre as PARTES em proporções iguais.

35.1.4. A COMISSÃO TÉCNICA decidirá por maioria.

35.2. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar o pronunciamento da COMISSÃO TÉCNICA, à outra PARTE, de sua solicitação.

35.2.1. A PARTE que der início ao procedimento para a solução de divergências deverá também fornecer à outra PARTE cópia de todos os documentos ligados ao objeto da divergência levantada.

35.3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida no item 35.2 acima, a PARTE reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando à outra PARTE cópia de todos os documentos apresentados.

35.4. O parecer da COMISSÃO TÉCNICA será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela COMISSÃO TÉCNICA, das alegações apresentadas pela PARTE reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES, de comum acordo, e aceito pela COMISSÃO TÉCNICA.

35.5. A submissão de qualquer questão à COMISSÃO TÉCNICA não exonera a CONCESSIONÁRIA de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do PODER CONCEDENTE, incluindo as emitidas após a apresentação da





questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

35.6. Se qualquer das PARTES não aceitar o parecer aprovado pela COMISSÃO TÉCNICA, poderá submeter a questão à arbitragem, nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA 36 – DO MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

36.1. Os conflitos e as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO, ou com ele relacionados, que não forem dirimidos pela COMISSÃO TÉCNICA, serão solucionados amigavelmente pelas PARTES.

36.2. Em caso de conflito ou controvérsia resultante dos direitos e obrigações contemplados neste CONTRATO ou de sua execução, o objeto do conflito ou controvérsia será comunicado, por escrito, ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, para que as PARTES possam, utilizando-se do princípio da boa-fé e envidando os melhores esforços para tal, solucionar o conflito ou controvérsia existente.

36.2.1. A notificação de que trata este item deverá ser enviada pela PARTE interessada juntamente com todas as suas alegações acerca do conflito ou controvérsia, devendo também ser acompanhada de uma sugestão para a solução do conflito ou controvérsia.

36.3. Após o recebimento da notificação, a PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta. Caso não concorde com a solução proposta, a PARTE notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar para a PARTE interessada os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nesse caso, apresentar uma solução alternativa para o caso.

36.3.1. Caso a PARTE notificada concorde com a solução apresentada, as PARTES darão por encerrado o conflito ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar a medida acordada.





36.3.2. No caso de discordância da PARTE notificada, deverá ser marcada uma reunião entre as PARTES, a fim de que o conflito ou a controvérsia sejam debatidos e solucionados.

36.4. Em qualquer das hipóteses, o conflito ou a controvérsia existente entre as PARTES deverá ser solucionado no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis de comum acordo entre as PARTES.

36.4.1. Ultrapassado o prazo fixado sem que seja dirimida a questão conflituosa ou controvérsia, dar-se-á início ao processo de arbitragem.

CLÁUSULA 37 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

37.1. De conformidade com o art. 13, da Lei Estadual nº 14.868/03, art. 11, III, da Lei Federal nº 11.079/04, bem como a Lei Federal nº 9.307/96, as controvérsias e/ou disputas decorrentes do presente CONTRATO ou com este relacionadas, que não puderem ser resolvidas amigavelmente entre as PARTES e cuja apreciação não seja da competência exclusiva do Poder Judiciário, serão definitivamente dirimidas por meio da arbitragem.

37.1.1. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as PARTES do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do CONTRATO, e das determinações do PODER CONCEDENTE que no seu âmbito sejam comunicadas e recebidas pela CONCESSIONÁRIA previamente à data de submissão da questão à arbitragem, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

37.1.2. De igual modo, não se permite qualquer interrupção do desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que deverá continuar a se processar nos termos em vigor à data de submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

37.2 O órgão/entidade responsável pela arbitragem será contratado pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável, somente quando constatada a ocorrência de controvérsia(s) e/ou disputa(s) decorrente(s) do presente CONTRATO ou a ele relacionadas.

37.2.1 O órgão/entidade arbitral contratado atuará exclusivamente para a resolução da(s) controvérsia(s) e/ou disputas(s) para a(s) qual(is) for designada, devendo o PODER CONCEDENTE realizar novas contratações para a resolução de futuros conflitos.

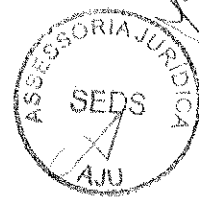
37.3 A arbitragem será conduzida por 03 (três) árbitros que serão escolhidos dentre pessoas naturais, de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria objeto da controvérsia. Cada PARTE nomeará um árbitro, devendo o terceiro árbitro ser nomeado em conjunto pelas PARTES ou, caso essas não cheguem a um acordo quanto à indicação do terceiro árbitro, esse será nomeado pelo órgão/entidade arbitral contratado.

37.3.1. A Presidência do Tribunal Arbitral caberá ao terceiro árbitro.

37.3.2. Os árbitros deverão ser profissionais sem vínculo com as PARTES, não podendo estar enquadrados nas situações de impedimento e suspeição previstas na Lei Federal nº 5.869/73 (Código de Processo Civil) para autoridades judiciais, e deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição, aplicando-lhes, no que couber, o disposto do Capítulo III, da Lei Federal nº 9.307/96.

37.4 O procedimento arbitral deverá ser realizado de conformidade com regras de arbitragem de órgão arbitral, e será conduzido na língua portuguesa.

37.5 A arbitragem terá lugar na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, em cujo foro serão ajuizadas, se for o caso, as ações necessárias para assegurar a sua realização e a execução da sentença arbitral.





CAPÍTULO XV – DA INTERVENÇÃO

CLÁUSULA 38 – DA INTERVENÇÃO

38.1. O PODER CONCEDENTE poderá determinar a intervenção nas seguintes situações e quando não se justificar a caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a seu critério e no interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

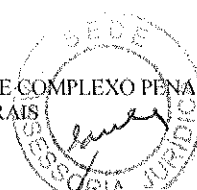
38.1.1. Paralisação injustificada das atividades, assim entendida a interrupção da execução das obras, da prestação dos serviços e atividades fora das hipóteses previstas neste CONTRATO e sem a apresentação de razões tidas pelo PODER CONCEDENTE como aptas a justificá-la;

38.1.2. Desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de má administração que coloque em risco a continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

38.1.3. Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos serviços e atividades prestados e das obras executadas, caracterizadas pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho previstos neste CONTRATO, não resolvidas em prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE para regularização da situação;

38.1.3.1. A inobservância reiterada de atendimento das metas de desempenho se configura pela permanência da CONCESSIONÁRIA por 04 (quatro) avaliações consecutivas na faixa de 20% (vinte por cento) inferior da variação possível de qualquer um dos indicadores individualmente considerados que compõem a nota de “Ressocialização e Serviços Assistenciais” descrita no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, com exceção do indicador de Ocupação do Sentenciado.

38.1.4. Utilização da infra-estrutura referente à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para fins ilícitos;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

38.1.5. Prática reincidente de infrações definidas como graves, nos termos deste CONTRATO;

38.1.6. Em outras hipóteses em que haja risco à continuidade e qualidade ou possam acarretar prejuízo à segurança pública e/ou ao meio ambiente.

38.1.7. Omissão em prestar contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória que pressuponham a prática de qualquer das ocorrências previstas acima;

38.2. O PODER CONCEDENTE poderá, também, decretar a intervenção na CONCESSIONÁRIA por razões de interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento, devidamente justificadas, cabendo ao PODER CONCEDENTE prestar os serviços e atividades, e conduzir a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, enquanto mantida esta situação.

38.3. Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção por interesse público ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nos termos do CAPÍTULO X – DOS RISCOS, DOS GANHOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

38.4. O instrumento de decretação de intervenção indicará:

38.4.1. Os motivos da intervenção e sua necessidade;

38.4.2. O prazo, que será de no máximo 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, sempre compatível e proporcional aos motivos que ensejaram a intervenção;

38.4.3. Os objetivos e limites da intervenção;

38.4.4. O nome e qualificação do interventor.





38.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE terá prazo de 30 (trinta) dias para instaurar processo administrativo com vistas a comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

38.6. O procedimento a que se refere o item anterior será conduzido pelo PODER CONCEDENTE e deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias.

38.7. Caso assim não seja, considerar-se-á inválida a intervenção, devolvendo-se à CONCESSIONÁRIA a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem prejuízo de seu direito à indenização.

38.8. A decretação da intervenção levará o imediato afastamento dos administradores da CONCESSIONÁRIA e não afetará o curso regular dos negócios da CONCESSIONÁRIA, tampouco seu normal funcionamento.

38.9. A função de interventor poderá recair sobre agente dos quadros do PODER CONCEDENTE, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresa, assumindo a CONCESSIONÁRIA os custos da remuneração.

38.9.1. O interventor prestará contas e responderá pessoalmente pelos atos que praticar.

38.9.2. Dos atos do interventor caberá recurso ao PODER CONCEDENTE.

38.9.3. Para os atos de alienação e disposição do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, o interventor necessitará de prévia autorização do PODER CONCEDENTE.

38.10. Não será decretada a intervenção quando, a juízo do PODER CONCEDENTE, ela for considerada inócua, injustamente benéfica à CONCESSIONÁRIA ou desnecessária.





38.11. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o PODER CONCEDENTE não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ser imediatamente devolvida à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito de indenização.

38.12. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, os serviços e atividades voltarão a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

38.13. As receitas realizadas durante o período da intervenção, resultantes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento dos serviços e atividades correspondentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, necessários para restabelecer o normal funcionamento do COMPLEXO PENAL o pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e o ressarcimento dos custos de administração.

38.14. O eventual saldo remanescente da exploração, finda a intervenção, será entregue à CONCESSIONÁRIA, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, situação em que se aplicarão as disposições específicas.

38.15. Se, eventualmente, as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas pertinentes ao desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o PODER CONCEDENTE poderá recorrer às garantias estipuladas na CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA para cobri-las integralmente.

CAPÍTULO XVI – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CLÁUSULA 39 – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

39.1. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

39.1.1. Advento do termo contratual;





39.1.2. Encampação;

39.1.3. Caducidade;

39.1.4. Rescisão;

39.1.5. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA;

39.1.6. Anulação.

39.2. Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por esta implantados, no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

39.2.1. Os bens serão revertidos livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

39.3. Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, haverá a imediata assunção dos serviços pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como a ocupação das instalações e a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os bens reversíveis.

39.4. Em caso de extinção em face do advento do termo contratual ou mesmo da extinção antecipada da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos realizados durante o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, cuja aquisição ou execução tenha sido devidamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, e desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

39.4.1. Na hipótese de extinção antecipada, a CONCESSIONÁRIA terá direito, se não for a culpada, à indenização acima delineada acrescida de lucros cessantes.

39.5. Extinto o CONTRATO antes do seu termo, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:

39.5.1. Ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação dos serviços considerado imprescindível à sua continuidade.

39.5.2. Manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

39.6. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assumirá direta ou indireta e imediatamente, a operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para garantir sua continuidade e regularidade.

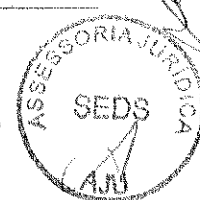
CLÁUSULA 40 – DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

40.1. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, extinguindo-se, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.

40.2. Quando do advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e celebrados com terceiros, segundo regras para cálculo e pagamento dos valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.

CLÁUSULA 41 – DA ENCAMPAÇÃO

41.1 O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, promover a retomada da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, por





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento, à CONCESSIONÁRIA, da indenização estabelecida neste CONTRATO.

41.2. Em caso de encampação, a CONCESSIONÁRIA terá direito a uma indenização paga previamente pelo PODER CONCEDENTE, referente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da legislação vigente, em especial o artigo 37, da Lei Federal nº 8.987/95.

41.3. O valor indenizatório decorrente da encampação poderá ser obtido mediante a execução da garantia de que trata a cláusula 28 deste CONTRATO, na hipótese de inadimplência do PODER CONCEDENTE.

41.3.1. Ficam excluídos da possibilidade de que trata o item anterior o valor indenizatório eventualmente devido em virtude do disposto no item 39.4.1 deste CONTRATO.

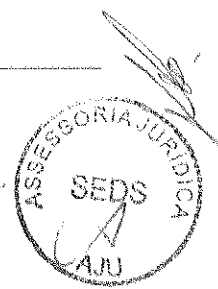
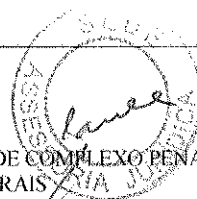
CLÁUSULA 42 – DA CADUCIDADE

42.1. Ressalvadas as demais disposições deste CONTRATO, a caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, com o objetivo de garantir a continuidade de operação dos serviços, poderá ser declarada pelo PODER CONCEDENTE especialmente quando:

42.1.1 Os serviços estiverem sendo prestados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, anexos deste CONTRATO;

42.1.2. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

42.1.3. Ocorrer desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

42.1.4. Houver alteração do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, consoante o disposto no CAPÍTULO III deste CONTRATO;

42.1.5. A CONCESSIONÁRIA paralisar os serviços ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, definidas neste CONTRATO;

42.1.6. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter o adequado desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

42.1.7. A CONCESSIONÁRIA descumprir a obrigação de contratar e/ou manter em plena vigência as apólices de seguro, nos termos contratuais;

42.1.8. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

42.1.9. A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação dos serviços;

42.1.10. A CONCESSIONÁRIA possuir, comprovadamente, qualquer tipo de relacionamento com organizações criminosas;

42.1.11. A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

42.2. A declaração da caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

42.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item 42.1 acima, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

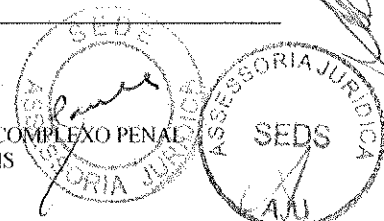
42.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

42.5. A indenização de que trata o item 42.4 acima será devida na forma deste CONTRATO, descontado o valor das multas contratuais, dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, na data da declaração da caducidade, pelos quais poderá responder a garantia prevista na CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA.

42.5.1. A declaração de caducidade não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis nos termos deste CONTRATO pelas infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA, nem prejudicará o direito à indenização desta.

42.5.2. A caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA poderá acarretar para a CONCESSIONÁRIA a retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos seus débitos.

42.5.3. A CONCESSIONÁRIA somente poderá postular indenização se comprovadamente ocorrer enriquecimento imotivado por parte do PODER CONCEDENTE pela reversão de bens não integralmente amortizados ou depreciados, sempre descontado o valor dos danos causados e das multas aplicadas, bem como, quando o caso, das obrigações financeiras não satisfeitas junto aos FINANCIADORES.





42.6. Declarada a caducidade, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

42.7. Poderá também o PODER CONCEDENTE promover, no caso de inadimplência financeira, a transferência da execução dos serviços a terceiro que assuma as obrigações financeiras.

CLÁUSULA 43 – DA RESCISÃO

43.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

43.1.1. Os serviços não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.

43.2. O PODER CONCEDENTE arcará com as indenizações decorrentes do inadimplemento contratual a que deu causa.

43.3. Este CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que compartilharão os gastos e as despesas decorrentes da referida rescisão contratual.

43.4. Quando do pedido de rescisão por parte da CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE:

43.4.1. Exigir uma motivação razoável para o pedido de rescisão;

43.4.2. Assumir a execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor antes de rescindir a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA anterior; e





43.4.3. Verificar se é possível transferir para a nova CONCESSIONÁRIA o dever de indenizar a anterior.

CLÁUSULA 44 – DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

44.1. Compete à CONCESSIONÁRIA a obrigação de manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO durante toda a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

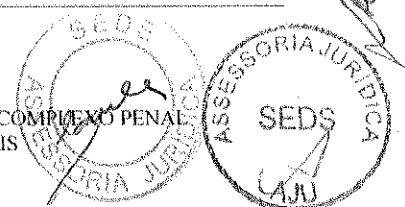
44.2. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença judicial transitada em julgado.

44.2.1. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA por decretação de falência não fraudulenta, este CONTRATO se extingue automaticamente e aplicam-se, no que couber, as disposições gerais referentes à extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

44.2.2. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, com instauração de processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis, descontando-se os valores dos prejuízos e das multas da eventual indenização a ser paga à massa falida.

44.3. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da CONCESSIONÁRIA falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens reversíveis; e se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

44.4. Compete ao PODER CONCEDENTE atuar preventivamente, por meio da adoção de um mecanismo de acompanhamento periódico da situação econômico-financeira da





CONCESSIONÁRIA, para assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante a LICITAÇÃO.

CLÁUSULA 45 – DA ANULAÇÃO

45.1. A anulação do CONTRATO será decretada pelo PODER CONCEDENTE ou pelo Poder Judiciário, em caso de ilegalidade em sua formalização, em cláusula essencial à execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, ou irregularidade grave e insanável do CONTRATO, observado o regime de indenização previsto neste CONTRATO, item 29.4, e na Lei Federal nº 8.987/95.

45.2. A anulação deste CONTRATO considerará nulo o ajuste celebrado entre as PARTES.

CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 46 – DO ACORDO COMPLETO

46.1. A CONCESSIONÁRIA declara que o CONTRATO e os seus ANEXOS constituem a totalidade dos acordos que regulam a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou a CONCESSIONÁRIA, incluindo o seu financiamento.

CLÁUSULA 47 – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

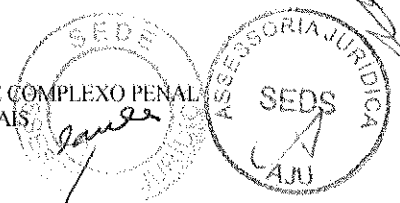
47.1. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:

47.1.1. em mãos, desde que comprovadas por protocolo;

47.1.2. por fax, desde que comprovada a recepção;

47.1.3. por correio registrado, com aviso de recebimento; e

47.1.4. por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.





47.2. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços e números de fax:

47.2.1. PODER CONCEDENTE: Rua Rio de Janeiro, nº 471, 23º andar, Centro, Belo Horizonte – MG, CEP: 30160-040 – Fone: 2129-9519, Fax: 2129-9518.

47.2.2. CONCESSIONÁRIA: **GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A - GPA**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 875, 11º andar, Savassi, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.112-021 – Fone: (11) 4788-3355, Fax: (11) 4788-3353. - Contato: Walter Badra Filho.

47.3. Qualquer das PARTES poderá modificar o seu endereço e número de fax, mediante comunicação à outra PARTE, nos molde ora preconizados.

CLÁUSULA 48 – DA CONTAGEM DE PRAZOS

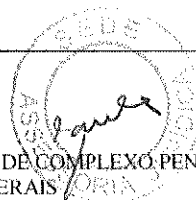
48.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

48.2. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se contar o último.

48.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 49 – DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

49.1 Se qualquer das PARTES permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições deste CONTRATO e/ou de seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

49.1.1. Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

CLÁUSULA 50 – DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS

50.1. Cada disposição, item, alínea deste CONTRATO constitui um compromisso independente e distinto.

50.2. Sempre que possível, cada disposição deste CONTRATO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

50.3. Caso alguma das disposições deste CONTRATO seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão judicial, deverá ser julgada separadamente do restante do CONTRATO, e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das PARTES, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas.

CLÁUSULA 51 – DO FORO

51.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer controvérsia entre as PARTES decorrentes do CONTRATO, que não esteja sujeita ao procedimento arbitral e para a execução da sentença arbitral e atendimento de questões urgentes.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente CONTRATO, as PARTES o assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.






**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

Belo Horizonte, 16 de junho de 2009.


PARTES:



**MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS**



**TELMO GIOLITO PORTO
Diretor-Presidente
GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A – GPA**



**RICARDO MACHADO FERREIRA VELLOSO
Diretor-Superintendente
GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A – GPA**

INTERVENIENTE-ANUENTE:



**SÉRGIO ALAIR BARROSO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDE**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

TESTEMUNHAS:

Felipe M. S. Starling

Nome: FELIPE MOREIRA DOS SANTOS STARLING

CPF/MF: 015.062.816-13

RG: MG-11.153.221

Hiperides R.A. Ateniense

Nome: HIPERIDES R.A. ATENIENSE

CPF/MF: 063.915.086-15

RG: MG-11.209

Andressa Aparecida Carvalho Moura
Andressa Aparecida Carvalho Moura
Assessoria Jurídica - SEDS
OAB/MG 107503 - MASP: 1108105-6

Fernando Barbosa Santos Netto
Fernando Barbosa Santos Netto
Procurador do Estado de Minas Gerais
Assessor Jurídico - AJU-SEDS
OAB/MG 78.079 - Masp.: 1209496-7

Maria Paula de Souza Machado
Maria Paula de Souza Machado
Assessora Jurídica - Chefe
MASP/367.388-6

